

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Plano B de Lula seria eleição de Alckmin

Lula volta a cogitar não disputar 2026

Do entorno do presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltam a vir informações de que ele voltou a cogitar não disputar as eleições de 2026. Essas cogitações tinham ficado fortes na virada do ano depois da queda que ele sofreu no Palácio da Alvorada e os problemas que teve depois. Lula começou a considerar a hipótese de não disputar pelas questões envolvendo sua idade e

a sua saúde. Depois que ficou tudo bem, voltou a se animar. Agora, as cogitações não são mais relacionadas a esses pontos, mas à performance de fato do seu terceiro mandato. Não agrada nem um pouco a ele a hipótese de terminar sua carreira com uma derrota. É isso que faz com que considere um plano B: estabelecer este mandato como o fechamento de um ciclo.

FHC

E aqui ele se mira no que aconteceu com ele mesmo em 2002. E com o então presidente Fernando Henrique Cardoso. Quando FHC passou a faixa para Lula, ali fechava o ciclo da reconstrução democrática: o país agora podia ser presidido por um operário.

Fim do ciclo

Na hipótese que, segundo se conta, Lula começa agora a maturar, caso ele consiga construir a sua sucessão e entregá-la a quem escolher, isso encerraria agora esse ciclo de polarização que teve primeiro com o PSDB e depois com o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Instituto FHC/Divulgação



Quando deu posse a Lula, FHC fechou um ciclo

Na linha do que Lula pensa, alternativa não viria do PT

Nesse raciocínio, a alternativa à reeleição de Lula não viria do PT. Primeiro, por uma razão óbvia: o próprio Lula nunca permitiu o surgimento de uma alternativa dentro do próprio partido. Mas, especialmente porque isso não eliminaria a ideia de superação dessa polarização. Nesse sentido, caso Lula resolva mesmo

não disputar em 2026, o nome mais provável é o seu vice-presidente Geraldo Alckmin. Se, com o seu apoio, Alckmin vier a vencer uma disputa que também não terá Bolsonaro, inelegível e talvez mesmo condenado e preso, Lula terá construído a vitória de alguém que nada tem a ver com o ciclo anterior de polarização.

Reeleição

Nas mudanças que estão sendo discutidas no Congresso, a reeleição deverá acabar após a próxima eleição. Bolsonaro ficaria como o único presidente que não foi reeleito enquanto houve esse instituto. Lula não quer encerrar sua carreira fazendo companhia a Bolsonaro.

Popularidade

Por que tais ideias retornaram à cabeça de Lula? Porque ele começa a ver sua popularidade estagnada num viés de baixa. Como mostrou a pesquisa do Datafolha desta semana: dentro da margem de erro, a popularidade não caiu. Mas ela também não sobe.

Congresso

Outro ponto parece ser o impasse na relação com o Congresso. A polarização não ajuda a construir um diálogo. O preço de apoiar o governo fica cada vez mais alto. No horizonte, não parece haver muita perspectiva de que os partidos do Centrão apoiarão a sua reeleição.

Tarcísio

Tudo isso dependerá também do outro lado. Se a direita, sem Bolsonaro, convergir para o nome do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), poderá o eleitor enxergar que é ele o fim da polarização. E o eleitor vem dando mostras que quer virar a página.

História do passaporte jogou suspeita sobre Cid

Ex-ministro do Turismo foi preso e solto na sexta-feira

Valter Campanato/Agência Brasil

Por Karoline Cavalcante

Desde o início do acordo de colaboração premiada que fechou, o Supremo Tribunal Federal (STF) confia no tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de Ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro, desconfiando ao mesmo tempo. Tanto que em diversos momentos Mauro Cid voltou a ser preso.

O risco disso acontecer novamente voltou na sexta-feira (13). A Polícia Federal prendeu o ex-ministro do Turismo Gilson Machado e ameaçou fazer o mesmo com Mauro Cid.

A prisão aconteceu porque havia uma suspeita de que Gilson Machado estava tentando obter um passaporte português para Mauro Cid, como parte de um plano para que ele fugisse do país. Ao final do dia, a prisão do tenente-coronel relator não aconteceu.

O ministro relator da ação penal sobre tentativa de golpe, Alexandre de Moraes, optou por novamente convocar Cid para depor na PF. Ali, ele reafirmou seus compromissos de colaboração e foi liberado. Na noite de sexta, Moraes soltou também Gilson Machado, por entender que os riscos da tentativa de fuga estavam superados.

Delação

O episódio acaba se somando a uma estratégia que a defesa de Jair Bolsonaro e dos demais réus faz no sentido de tentar relativizar a delação premiada feita por Mauro Cid, criando pontos nas quais ela não se sustenta para comprometer a prova.



Gilson Machado foi preso pela manhã e solto na noite de sexta-feira

Durante os depoimentos dos réus na semana passada, isso ficou claro quando o advogado de Bolsonaro, Celso Vilardi, perguntou a Mauro Cid se ele teria usado algum celular e perfil nas redes sociais de terceiros.

E mencionou um perfil que pertence à mulher do tenente-coronel, Gabriela.

Mauro Cid negou, mas ficou claro que a defesa já sabia do uso. Isso acabou explicitado numa reportagem publicada pela revista Veja esta semana.

Como a delação é o ponto ogirinal da denúncia, a estratégia da defesa é, ao comprometê-la, tentar comprometer a denúncia. Na avaliação dos procuradores que trabalharam na denúncia e dos ministros do STF, porém, isso não

mais se sustenta. A partir do que disse Mauro Cid, foram feitas diversas investigações e encontradas várias provas. Boa parte do que aconteceu acabou admitida pelos reus, inclusive Bolsonaro, nos depoimentos. Assim, a delação de Mauro Cid foi ultrapassada por outras provas e já não seria mais tão importante.

Machado

Ao ser preso, Machado negou que buscasse passaporte para Mauro Cid. Disse que sua intenção era obter o documento para o seu pai. De qualquer modo, foi preso preventivamente.

O pedido nesse sentido fora feito pela Procuradoria-Geral da República (PGR) na terça-feira (10). O requeri-

mento também aponta a existência de indícios que ligariam o ex-ministro a campanhas de arrecadação financeira em favor de Bolsonaro. Há a argumentação de que Machado teria utilizado o seu perfil no Instagram para pedir doações em dinheiro que seriam destinadas ao ex-presidente.

Em nota enviada por sua assessoria, Machado negou qualquer envolvimento em práticas ilegais e afirmou que seu contato com o Consulado de Portugal teve como único objetivo buscar informações para a renovação do passaporte de seu pai, um idoso de 85 anos. “Venho a público reafirmar minha total inocência. Não cometi crime algum. Não matei, não roubei, não trafiquei drogas”, afirmou.

PF localiza Zambelli; prisão pode ser a qualquer momento

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

Por Karoline Cavalcante

A localização da deputada federal licenciada Carla Zambelli (PL-SP) na Itália — país em que possui cidadania — já foi identificada pela Polícia Federal (PF). Ela deixou o Brasil em uma tentativa de evitar cumprir a pena de dez anos de prisão, imposta pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), pela invasão dos sistemas eletrônicos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Agora, as expectativas são de que a parlamentar possa ser detida a qualquer momento.

Desde que a Suprema Corte rejeitou o recurso da defesa de Zambelli e confirmou a sua condenação, ela teve também o nome incluído na Difusão Vermelha da Interpol (Organização Policial Internacional), tornando-se uma procurada internacional. Na última quinta-feira (12), o embaixador brasileiro em Roma, Renato Mosca, entregou em mãos ao “Farnesina” — o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Itália, equivalente ao Itamaraty — a solicitação de extradição da deputada.

O embaixador informou à GloboNews que as autoridades italianas acataram a inserção dela na lista da Interpol, e, a partir disso, há uma mobilização para detê-la no país. “Ela pode ser presa em qualquer lugar que não seja inviolável, como a residência dela”, explicou.

Brasil e Itália têm um tratado de cooperação em vigor desde 1993, cujo primeiro arti-



Itália recebeu pedido de extradição e deve cumpri-lo

go estabelece que cada parte se compromete a entregar à outra, mediante solicitação, pessoas que se encontrem em seu território e sejam procuradas pelas autoridades judiciais da parte requerente, “para serem submetidas a processo penal ou para a execução de pena privativa de liberdade”.

Segundo Mosca, o âmbito penal e jurídico do acordo “é muito eficaz”.

“Não há impeditivo [de extradição de brasileiros com nacionalidade italiana], mas é uma decisão soberana e autônoma da justiça e do governo italiano. Mas a Constituição do país não veda totalmente a extradição, tanto que há jurisprudência”, declarou, mencionando casos recentes em que

italo-brasileiros foram entregues à Justiça brasileira. Emendou ainda que o tempo para a extradição, caso aprovada, pode ser inferior a um ano.

Condenação

O processo que resultou na condenação da deputada envolve sua participação no episódio de invasão ao sistema do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), executada pelo hacker Walter Delgatti. Ambos foram sentenciados por danos morais coletivos, com a imposição de uma multa de R\$ 2 milhões, além da perda do mandato parlamentar e a declaração de inelegibilidade de Zambelli por oito anos.

A decisão do STF foi proferida em 14 de maio e confir-

mada pela Primeira Turma da Corte no dia 6 de junho, três dias após a saída da parlamentar do país. Zambelli, por sua vez, alega ser vítima de perseguição política e considerou as determinações inconstitucionais.

Após uma série de discussões acerca da perda do mandato da parlamentar, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), decidiu, também na última quinta-feira (12), encaminhar para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa a avaliação sobre a cassação. Inicialmente, Motta afirmou que acataria a decisão do STF sem submeter o tema ao plenário, pois o cargo já seria perdido, já que a pena a ser cumprida em regime fechado é superior aos 120 dias — limite anual de ausências permitidas pela Constituição Federal em sessões legislativas. No entanto, voltou atrás “para que ela possa se defender”.

STF

Paralelamente, Zambelli responde a outro processo no STF, relacionado a acusações de perseguição e ameaça com arma de fogo ao jornalista Luan Araújo, durante às vésperas do segundo turno das eleições de 2022.

O plenário já formou a maioria para condenar a deputada a cinco anos e três meses de prisão por porte ilegal de arma de fogo e constrangimento ilegal, mas o julgamento está paralisado desde 24 de março por pedido de vista.